



A inserção do enfermeiro na assistência ao pré-natal na Atenção Primária à Saúde

The insertion of nurses in prenatal care in Primary Health Care

La inserción del enfermero en el prenatal en la Atención Primaria de Salud

Stela de Amorim Ferreira¹, Lara Lelis Dias¹, Thaina Gonçalves dos Santos Felipe de Sousa¹, Cecília Akemi Bruzzi Kobayashi¹, Gabrielly Vaillant Quintão¹, Luiza Florindo De Alcantara¹, Pedro Paulo do Prado Junior¹, Camila Mendes dos Passos¹, Marilane de Oliveira Fani Amaro¹, Mara Rúbia Maciel Cardoso do Prado¹.

RESUMO

Objetivo: Compreender a inserção do enfermeiro na assistência ao pré-natal (PN) na Atenção Primária à Saúde (APS). **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória descritiva, com 16 enfermeiros atuantes na APS, no período de janeiro a março de 2024, por meio de entrevista com roteiro semiestruturado. A análise de dados deu-se por meio de estatística descritiva através **Resultados:** O estudo permitiu identificar as características sociodemográficas dos participantes e a análise das entrevistas revelou duas categorias temáticas: a educação permanente (EP) como instrumento de qualificação da assistência ao PN e desafios à assistência ao PN realizada pelo enfermeiro na APS. **Conclusão:** O estudo evidenciou que, as unidades de APS, do município em questão, apesar de apresentar relatos referentes a uma assistência PN em todas as unidades, com consultas intercaladas entre médicos e enfermeiros, ainda carecem de investimentos em estrutura física, educação permanente e aumento da oferta de serviços destinados às gestantes, com o intuito de ampliar e qualificar a assistência pré-natal ofertada e diminuir o índice de morbimortalidade materno-infantil.

Palavras-chave: Cuidado pré-natal, Enfermeiros, Atenção primária à saúde.

ABSTRACT

Objective: To understand the insertion of nurses in prenatal care (PN) in Primary Health Care (PHC). **Methods:** This is a qualitative, exploratory, descriptive research, with 16 nurses working in PHC, from January to March 2024, through interviews with a semi-structured script. Data analysis was carried out using descriptive statistics using the Statistical Package for the Social Science (SPSS) and the data were subjected to Bardin content analysis. **Results:** The study made it possible to identify the sociodemographic characteristics of the participants and the analysis of the interviews revealed two thematic categories Continuing education (PE) as an instrument for qualifying PN care and challenges to PN care provided by nurses in PHC. **Conclusion:** The study showed that the PHC units in the municipality in question, despite presenting reports regarding PN

¹ Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa - MG.

Financiamento: PIBIC/CNPq 2023-2024 e PIBIC/FAPEMIG 2023-2024.

SUBMETIDO EM: 12/2024

| ACEITO EM: 1/2025

| PUBLICADO EM: 4/2025

assistance in all units, with consultations alternated between doctors and nurses, still lack investment in physical structure, permanent education and increased offering services aimed at pregnant women, with the aim of expanding and qualifying the prenatal care offered and reducing the rate of maternal and child morbidity and mortality.

Keywords: Prenatal care, Nurses, Primary health care.

RESUMEN

Objetivo: Comprender la inserción del enfermero en la atención prenatal (NP) en la Atención Primaria de Salud (APS). **Métodos:** Se trata de una investigación cualitativa, exploratoria, descriptiva, con 16 enfermeros que actúan en la APS, de enero a marzo de 2024, a través de entrevistas con guión semiestructurado. El análisis de los datos se realizó mediante estadística descriptiva utilizando el Paquete Estadístico para las Ciencias Sociales (SPSS) y los datos fueron sometidos al análisis de contenido de Bardin. **Resultados:** El estudio permitió identificar las características sociodemográficas de los participantes y el análisis de las entrevistas reveló dos categorías temáticas: Educación Continua (EF) como instrumento de calificación de la atención en NP y desafíos para la atención en NP brindada por enfermeros en la APS. **Conclusión:** El estudio demostró que las unidades de APS del municipio en cuestión, a pesar de presentar informes sobre la atención de PN en todas las unidades, con consultas alternadas entre médicos y enfermeras, aún carecen de inversión en estructura física, educación permanente y mayor oferta de servicios dirigidos a las mujeres embarazadas, con el objetivo de ampliar y calificar la atención prenatal ofrecida y reducir la tasa de morbilidad y mortalidad materna e infantil.

Palabras clave: Atención prenatal, Enfermeros, Atención primaria de salud.

INTRODUÇÃO

A atenção materno-infantil é uma estratégia do Ministério da Saúde (MS) para reduzir possíveis danos ao binômio mãe-filho. Suas ações incluem os cuidados pré-natais, focado na prevenção de doenças, promoção da saúde e tratamento de doenças visando reduzir os índices de mortalidade materna e perinatal, principalmente por causas sensíveis e evitáveis (SOUZA RA, et al., 2020; BRASIL, 2022).

Diante disso, entendida como um indicador de desenvolvimento social, a meta para redução da mortalidade materna foi tema da agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo o Brasil como país signatário, em 2000, e tida como o quinto Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, a ser alcançado em 2015. Contudo, apesar dos esforços na redução da razão de mortalidade materna, o Brasil ainda está longe de alcançar a meta, e tem agora como alvo menos de 70 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos até 2030 (BRASIL, s.d; GAMA SGN, et al., 2024).

O principal componente da mortalidade infantil, atualmente, é o neonatal precoce (0- 6 dias de vida) e grande parte das mortes infantis acontece nas primeiras 24 horas (25%), indicando uma relação estreita com a atenção ao PN, ao parto e ao nascimento. As principais causas de óbitos, segundo evidências científicas, são a prematuridade, a malformação congênita, a asfixia intraparto, as infecções perinatais e os fatores maternos, com uma proporção considerável de mortes preveníveis por ação dos serviços de saúde (VELOSO FCS, et al., 2019).

Assim, os estudos sobre a qualidade do processo assistencial no ciclo gravídico-puerperal e neonatal, são recentes e ainda escassos. Logo, aprofundar a compreensão sobre a dimensão dos processos assistenciais por profissionais de saúde, como enfermeiros na atenção PN, ao parto e nascimento e sua repercussão sobre a mortalidade materna e neonatal, pode contribuir para subsidiar ações para intensificar a sua redução e melhorar a qualidade da assistência (DIAS EG, et al., 2023).

Portanto, este estudo entende a relevância do papel do enfermeiro na assistência ao PN, ao realizar acolhimento, orientações, planos de cuidados e educação em saúde, ademais previne e detecta doenças e agravos, considerando a Lei do Exercício Profissional, decreto nº 94.406/87 e Lei 7.498/86, que legaliza a

consulta de enfermagem e a define como privativa do enfermeiro. Então, espera-se que ao compreender a inserção do enfermeiro na assistência ao PN na APS, contribua para a melhor inserção destes profissionais nessas consultas e auxilie na efetividade da assistência de qualidade compartilhada com a equipe multiprofissional visando de reduzir doenças e óbitos por causas evitáveis. Nesse contexto, o estudo visa responder a seguinte pergunta norteadora: Os enfermeiros da APS têm realizado consultas de PN? Diante disso, o estudo objetiva compreender a inserção do enfermeiro na assistência ao PN na APS.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória descritiva. Assim, a coleta de dados foi realizada no período de janeiro a março de 2024 na APS de um município da Zona da Mata Mineira, que é organizado em 15 unidades de APS, possuindo um total de 21 equipes funcionando na lógica da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Nesse sentido, 16 enfermeiros que apresentaram tempo de atuação no referido serviço igual ou superior a seis meses foram incluídos nesse estudo. Contudo, foram excluídos 5 enfermeiros considerando como critério de exclusão: ausência dos enfermeiros à época da coleta de dados por falta, licença ou afastamento e enfermeiros que estão trabalhando no serviço a menos de seis meses.

A coleta de dados deu-se por meio de um roteiro semiestruturado elaborado pelas pesquisadoras e adaptado do instrumento de coleta de dados “Análise situacional: questionário sobre a atenção ao PN e puerpério” (SILVEIRA D, et al., 2015) e aplicado aos enfermeiros em seus respectivos locais de trabalho. Para a entrevista foi pactuado com cada enfermeiro um horário, conforme sua disponibilidade. A entrevista foi realizada em uma sala privativa com duração de aproximadamente 30 minutos.

A análise de dados quantitativa deu-se por meio de estatística descritiva utilizando o Programa SPSS. Para a análise de dados qualitativa, considerou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin, que pretende descrever de forma clara e sistemática o conteúdo dos dados coletados. Dessa maneira, a leitura e compreensão dos dados, objetiva compreender e sintetizar as respostas. Posteriormente, os dados foram analisados e codificados em elementos de conteúdo e agrupados por similaridade de sentido formando, assim, as categorias analíticas. Por fim, os dados foram discutidos à luz da literatura pertinente (BARDIN L, 2011).

Considerando os aspectos éticos da pesquisa (Resolução 466/2012), a identidade dos enfermeiros foi preservada, sendo reconhecida por meio do pseudônimo de pesquisa, designados em E1, E2, E3...sucessivamente. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal proponente sob o protocolo CAAE nº 75332723.0.0000.5153 e parecer nº 6.547.199.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizadas as entrevistas e analisados os dados obtidos, foi possível identificar as características sociodemográficas do grupo do estudo e a inserção do enfermeiro na assistência ao PN na APS.

Quanto às características sociodemográficas da amostra que compôs o estudo (**Tabela 1**), é possível constatar que, dos entrevistados, a maioria eram mulheres (87,50%), com faixa etária > 40 anos (56,20%), brancas (62,50%) e casadas (68,80%). Este perfil evidencia a prevalência quase que majoritária de mulheres na enfermagem, com idade > 40 anos, da mesma forma que em outros estudos, como o de Dos Santos BMP et al. (2023), que encontrou, 84,3% de enfermeiras mulheres com a mesma faixa etária.

Quanto à formação profissional e condições de trabalho dos enfermeiros das equipes da APS (**Tabela 2**), foi possível observar que, a maior parte obteve formação em instituições privadas (68,75%), possui entre 2 e 4 anos de tempo de serviço em APS (43,75%), carga horária de trabalho de 40 horas semanais (93,75%), possui vínculo empregatício por contrato (93,75%) e não possuem outros empregos (75,00%). Os dados do presente estudo corroboram com as demais evidências científicas e a realidade da maioria dos enfermeiros do país, que possuem carga horária semanal de trabalho \geq 40 horas, o que reflete a sobrecarga de trabalho vivenciada pela classe, do mesmo modo que o trabalho de Ramos LGR e Carrasco AVA (2023) traz os efeitos da sobrecarga de trabalho na assistência e no psicológico dos profissionais, uma vez que ao ter a gestão do

cuidado comprometida, o profissional também sente-se impotente e frustrado por não conseguir realizar seu trabalho da maneira eficiente e eficaz.

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos enfermeiros da APS, n= 16.

Variáveis	N	%
Sexo		
Feminino	14	87,50%
Masculino	2	12,50%
Faixa Etária		
<25 anos	0	0,00%
26 a 30 anos	1	6,20%
30 a 40 anos	6	37,50%
> 40 anos	9	56,20%
Raça		
Branca	10	62,50%
Não branca	6	37,50%
Estado civil		
Solteiro	3	18,75%
Casado	11	68,80%
Divorciado	2	12,50%
Víuvo	0	0,0%

Fonte: Ferreira SA, et al., 2025.

Tabela 2 - Formação e condições de trabalho dos enfermeiros da APS, n= 16.

Variáveis	N	%
Instituição de graduação		
Pública	2	12,50%
Privada	11	68,75%
Não respondeu	3	18,75%
Tempo de serviço na APS/ESF		
> 14 anos	3	18,75%
Entre 10 e 13 anos	0	0,0%
Entre 5 e 9 anos	1	6,25%
Entre 2 a 4 anos	7	43,75%
< 2 anos	4	25,0%
Não respondeu	1	6,25%
Carga horária de trabalho		
30 horas	0	0,00%
40 horas	15	93,75%
Não respondeu	1	6,25%
Concurso/ Contrato		
Concurso	1	6,25%
Contrato	15	93,75%
Outro emprego?		
Sim	4	25,00%
Não	12	75,00%
Outro emprego (se sim, carga horária)		
<30 horas	1	25,00%
30 a 40 horas	0	0,00%
>40 horas	1	25,00%
Não respondeu	2	50%

Fonte: Ferreira SA, et al., 2025.

Ademais, a **Tabela 3** retrata os dados referentes às condições de saúde dos enfermeiros da APS. Nesse sentido, a maioria não possui comorbidades diagnosticadas (75,00%), não são portadores de deficiência (93,80%) e não possuem sofrimento psíquico (87,50%). Esses dados demonstram, na presente amostra, boas condições de saúde dos profissionais entrevistados, o que evidencia, consequentemente a necessidade de

investimentos em condições de trabalho que valorizem a enfermagem, de tal forma que sejam evitados prejuízos à saúde física e mental, por questões laborais, ao considerar a vulnerabilidade que os mesmos se encontram, devido à sobrecarga de trabalho e desvalorização profissional.

Tabela 3 - Comorbidades dos enfermeiros da APS, n= 16.

Variáveis	N	%
Comorbidade		
Sim	4	25,00%
Não	12	75,00%
Deficiência		
Sim	1	6,20%
Não	15	93,80%
Sofrimento psíquico		
Sim	2	12,50%
Não	14	87,50%

Fonte: Ferreira SA, et al., 2025.

Ao observar as características da inserção do enfermeiro na assistência ao PN na APS (**Tabela 4**), verificou-se que 100,00% das UBS realizam o atendimento PN, mas que apenas 6,20% realizam todos os dias na semana, sendo que as outras unidades (93,80%) realizam da seguinte forma: 56,20% (um dia); 33,33% (dois dias); 6,67% (duas vezes no mês).

Tabela 4 - Assistência de PN na unidade de saúde da APS, n= 16.

		n	%
A UBS realiza PN?	Sim	16	100,00%
	Não	0	0,00%
A UBS realiza PN todos os dias da semana?	Sim	1	6,20%
	Não	15	93,80%
Se não, quantos dias da semana?	1	9	60,00%
	2	5	33,33%
	6	1	6,67%
Quem realiza o PN na unidade?	Médico	0	0,00%
	Enfermeiro	0	0,00%
	Médico e enfermeiro	14	93,30%
	Médico e residente em medicina	1	6,70%
	Não respondeu	1	6,7
A unidade tem estrutura física suficiente?	Sim	11	68,80%
	Não	5	31,20%
Na unidade há grupos de gestantes?	Sim	9	56,20%
	Não	7	43,80%

Fonte: Ferreira SA, et al., 2025.

A assistência de qualidade ao PN é direito da gestante e cabe à gestão municipal ofertá-la de forma eficaz e organizada às mulheres para garantir um PN eficiente, parto e puerpério saudável. Com isso, o Brasil tem implementado o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN) para assegurar o acesso, a cobertura da assistência e a qualidade, visando construir uma assistência pautada na humanização, qualificação e integralidade das necessidades (SANTOS JG, et al., 2024).

Também, identificou-se que 93,30% dos atendimentos de PN são realizados conjuntamente por médicos e enfermeiros, conforme preconizado pelo MS e, sendo a minoria realizada apenas pelo médico e residente de medicina (6,70%). Tal achado alinha-se com Ribeiro MEA et al. (2023), que pontua a importância de uma assistência com equipe multiprofissional para a prevenção e identificação de intercorrências na gestação, bem como para oferecer uma assistência clínico-ginecológica integral à gestante. Ademais, o atendimento a gestante envolve uma diversidade de cuidados em saúde, sejam eles físicos, mentais e sociais e que

dependem de uma equipe multiprofissional alinhada para prestar um cuidado eficiente no período gravídico-puerperal (SANTOS JG, et al., 2024).

Ainda, identificou-se pelo estudo que 68,80% dos profissionais entrevistados acreditam que a unidade tem estrutura suficiente para a realização do PN. Porém, 31,20% relataram que a unidade não possui estrutura suficiente para a realização do PN. Infelizmente, sabe-se que uma estrutura física ineficaz pode ser considerado um obstáculo para a acessibilidade dos cuidados em saúde. Inegavelmente, a gestante precisa ser atendida em um ambiente que mantenha sua privacidade preservada, bem como seu conforto, para que ocorra um bom acompanhamento ao PN (DIAS EG, et al., 2023; SOBREIRA ENS, et al., 2024).

Por último, foi identificado que 43,80% das unidades não realizam grupo de educação em saúde com gestantes. No entanto, 56,20% das unidades realizam os grupos sendo promovidos pelos diversos profissionais atuantes na APS. Nesse contexto, deve-se pontuar que a integração da família e comunidade com a gestante tem papel fundamental no preparo do parto e nascimento. Sendo assim, grupos de educação e saúde com gestantes são momentos ideais para as gestantes e familiares trocarem saberes, trazerem relatos de experiência, tirarem dúvidas e discutir diversas temáticas relacionadas ao cuidado puerperal e do bebê, assim como manterem laços de apoio, acolhimento e potencializar a autonomia e identidade ao período puerperal e cuidado com o bebê. Além disso, tanto o envolvimento familiar quanto da comunidade é essencial para o fortalecimento do serviço, visto que a gestão participativa faz parte dos princípios do SUS (SILVA DR, et al., 2023; SANTOS JG, et al., 2024).

Além das características identificadas, após a análise qualitativa das entrevistas, o estudo permitiu elencar duas categorias temáticas: A educação permanente (EP) como instrumento de qualificação da assistência ao PN e desafios à assistência ao PN realizada pelo enfermeiro na APS.

A educação permanente (EP) como instrumento de qualificação da assistência ao PN

Considerando a EP como instrumento qualificador do trabalho, pode-se evidenciar a Política Nacional de Educação Permanente (PNEPS), instituída no Brasil em 2004 através da Portaria GM/MS nº 198/2004, e teve suas diretrizes de implementação publicadas na Portaria GM/MS nº 1.996/2007. Tal ação foi pensada para que houvesse qualificação e aperfeiçoamento do processo de trabalho para que haja melhoria do acesso, qualidade e humanização na prestação de serviços em saúde. Assim, a EP foi uma proposta da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde vinculada ao MS e, embasada na problematização da realidade no ambiente profissional de trabalho em saúde. Dessarte, pôde-se incorporar o ensino, a atenção à saúde, a gestão do sistema e a participação e controle social no cotidiano do trabalho com vistas à produção de mudanças neste contexto, bem como a construção coletiva de solução dos problemas permitindo traçar novos conceitos e paradigmas (BRASIL, 2018; OGATA MN, et al., 2020).

Partindo dessa perspectiva, quando realizada a pergunta sobre qual o papel da unidade no desenvolvimento da sua competência profissional, metade dos profissionais acreditam ser o oferecimento de EP, ainda que muitas vezes ofertadas com pouca frequência. Cabe ressaltar que a qualificação profissional aumenta o conhecimento científico da equipe, bem como proporciona o domínio das técnicas baseadas em evidências. Também, promove autonomia do processo de trabalho e empoderamento profissional, por isso, torna-se tão importante e eficiente para uma boa assistência em saúde (OLIVEIRA LSB, et al., 2020). Os relatos abaixo comprovam tais evidências:

“A secretaria de saúde oferece algumas capacitações para a gente.” (E14)

“Reuniões de matriciamento e capacitações ajudam.” (E19)

No mais, quando questionados sobre os fatores que servem de incentivo profissional, alguns mencionaram a EP. Assim, pode-se evidenciar a necessidade de estímulo constante no aprendizado profissional, uma vez que eles têm como responsabilidade social manterem-se atualizados sobre os temas relacionados à enfermagem, sobretudo, para estarem preparados para lidar com as demandas da APS e garantir uma assistência de qualidade. Ademais, a EP em saúde tem um papel importante na revisão de conceitos e práticas profissionais no momento formativo do profissional, além de potencializar a integração da teoria com a prática, bem como o ensino e o serviço. Posto isso, tanto a EP quanto a qualificação dos profissionais da

APS são recomendações da Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, a qual preconiza realização de ações de educação permanente com a equipe da APS (CAMPOS FF, et al., 2020; BEZERRA ECL, et al., 2024; NETO SANTOS, et al., 2023). Abaixo os relatos dos participantes:

“Capacitações, condições físicas da unidade, materiais adequados para os atendimentos.” (E3)

“Infraestrutura, capacitação, motivação.” (E5)

Ainda, quando foi perguntado “O que você acredita ser necessário para melhorar a assistência PN da sua unidade?” Foi observado que 12,5 % dos profissionais acreditam ser necessário implementar EP e discussões de casos clínicos no intuito de melhorar a assistência ao PN.

“Eu acho que seria mais capacitações, né?! Eu acho que assim, a gente tem, mas as vezes eu acho que é insuficiente né?! Abordando mais temas, né, as vezes não focar só num tema específico [...]” (E10)

Dessa maneira, é importante ressaltar que a EP faz parte dos requisitos para o exercício da prática de enfermagem e encontra-se nas diretrizes curriculares para a formação do enfermeiro. E além de tudo, proporciona melhorias na qualidade da prática de cuidado, sobretudo no cotidiano das unidades de saúde, além de ajudar na segurança do profissional em realizar os procedimentos (CAMPOS FF, et al., 2020; NETO SANTOS CV, et al., 2023).

Desafios à assistência ao PN realizada pelo enfermeiro na APS

Dentre os desafios relatados pelos participantes, o presente estudo evidenciou que a maioria dos entrevistados afirmaram que as unidades de APS possuem espaço físico inadequado e materiais insuficientes para a realização dos serviços que devem ser prestados à população, conforme relatado abaixo:

“Macas e salas mais amplas. [...]” (E5)

“O espaço poderia ser melhor. [...]” (E12)

“Mesa adequada para deitar as mulheres, macas são muito altas. [...]” (E21)

“O melhor seria uma sede própria. [...]” (E5)

Indiscutivelmente, quando essas questões são supridas resulta em benefícios tanto para os profissionais, que se sentirão mais valorizados e capazes de prestar a assistência que necessitam, quanto para os usuários/população, que terão suas demandas e necessidades atendidas de forma satisfatória. Um trabalho recente, de Felix RS, et al. (2022) discutiu a importância de um ambiente de trabalho estruturado para atender as necessidades em saúde da comunidade adscrita, visto que a precarização das instalações físicas prejudica o acesso da comunidade aos serviços essenciais de saúde prestados pela APS.

Logo, deve-se enfatizar que boas condições de trabalho são diretamente proporcionais à produtividade e desenvolvimento do trabalhador. Inclusive, a satisfação profissional atua como um ciclo, quando há uma qualidade de vida no ambiente de trabalho, o funcionário tem motivação em realizar suas funções e conseqüentemente, alcança melhores resultados e consegue atingir a realização pessoal-profissional. Enquanto um ambiente com estruturas precárias e deficitárias colabora para um profissional desmotivado, que não alcança os resultados esperados e, portanto, tem sua vida pessoal afetada negativamente com impactos na saúde física e mental (PANTALEÃO PF e VEIGA HMS, 2019; GUIMARÃES JVF e NETO SOUZA EN, 2021).

Uma pesquisa realizada por Campos *et al*, 2020 traz uma percepção negativa dos participantes em relação aos recursos físicos visto que as unidades de referência mencionadas no seu estudo têm uma expressiva quantidade de queixas referentes a falta de material e estrutura física inadequada. Tal queixa representa uma fragilidade do serviço prestado e que pode interferir de maneira negativa na continuidade do cuidado, limitando seu potencial de atendimento à saúde. Indubitavelmente, um serviço de saúde sem os

equipamentos e infraestrutura adequados inviabilizam o cuidado integral, igualitário e com equidade (OLIVEIRA MM e PEDRAZA DF, 2019).

No estudo de Campos FF, et al. (2023), os profissionais da APS das regiões Sul, Norte e Centro-Oeste do Brasil elencaram como a 2º maior queixa, a falta de recursos materiais e evidenciaram como essa precarização é danosa para o processo de trabalho, pois resulta em desmotivação profissional e aumenta a sobrecarga de trabalho. Diante disso, ressalta-se que o PN é um processo complexo e dinâmico, e que tais desafios precisam ser vencidos pois prejudicam diretamente a assistência ao PN realizada pelos enfermeiros, podendo proporcionar uma menor adesão das gestantes às consultas de PN (SILVEIRA LRA, et al., 2023).

Outro desafio relatado foi a demora para a realização de exames laboratoriais e exames de imagem, conforme relatado pelos participantes:

“Demora muito para sair o exame. [...]” (E8)

“Exames de sangue, ultrassom, às vezes demora muito. [...]” (E11)

O estudo de Nascimento LC, et al. (2020) discute o subfinanciamento crônico do SUS, ainda que a saúde seja considerada um direito de todos e dever do Estado, sendo garantida através de um acesso facilitado aos serviços de saúde, o referente estudo evidencia a restrição da acessibilidade dos serviços, dentre eles, acessibilidade aos exames. É importante considerar que a acessibilidade dos exames em tempo hábil conforme a necessidade do usuário do SUS evita complicações e é fundamental para controlar doenças. Em verdade, priorizar essa demanda pode ser considerada um uso racional e eficiente dos recursos de saúde, tendo em vista que investir na promoção, proteção e prevenção de saúde reduz custos na recuperação de saúde e reduz a morbimortalidade da comunidade.

CONCLUSÃO

O estudo evidenciou que todas as unidades de APS realizavam assistência ao PN com consultas intercaladas entre médicos e enfermeiros, sendo poucas unidades realizando o PN todos os dias da semana. Além disso, os resultados desse estudo apontam para a necessidade de melhorias na estrutura física das unidades de APS, na continuidade da EP realizada com as equipes, e na logística de realização dos exames fundamentais na assistência ao PN, garantindo um atendimento completo e contínuo na APS. Ademais, os dados aqui apresentados, se resumem, unicamente à uma região de saúde, não podendo ser generalizados. Assim, surge a necessidade de estudos futuros que abordem a inserção do enfermeiro e a qualidade da assistência PN em outros serviços de saúde, a fim de obterem-se dados em nível nacional.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Ao fim deste estudo, agradecemos a participação de cada enfermeiro pela disponibilidade e comprometimento com a pesquisa. Agradecemos, também, o órgão financiador por meio dos Editais de Seleção PIBIC-CNPq/FAPEMIG 2023-2024.

REFERÊNCIAS

1. BARDIN L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011; 229 p.
2. BEZERRA ECL, et al. Capacitação dos profissionais de enfermagem no processo de acolhimento do genitor no pré-natal. Revista Foco, 2024; 17(5): e5177.
3. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. 49 p.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 13, de 13 de janeiro de 2023. Institui a Rede de Atenção Materno-Infantil (RAMI). Brasília, 2023. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt0013_16_01_2023.html. Acesso em: 13 jan. 2025.

5. BRASIL. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Brasília: Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf. Acesso em: jul. 2024.
6. CAMPOS FF, et al. A satisfação dos profissionais das estratégias de saúde da família em relação às condições de trabalho. *Revista Intellectus*, 2020; 57(1): 20-40.
7. DIAS EG, et al. A consulta de enfermagem no pré-natal por equipes de Saúde da Família em uma cidade mineira. *Espaço para a Saúde*, 2023; 24: e962.
8. DOS SANTOS NETO CV, et al. Planejamento de ações em educação permanente em saúde para a capacitação e treinamento dos profissionais de uma unidade de saúde da família. *Rev. Enferm. Atual In Derme*, 2023; 97(1): e023035.
9. GAMA SGN DA, et al. Mortalidade materna: protocolo de um estudo integrado à pesquisa Nascer no Brasil II. *Cad. Saúde Pública*, 2024; 40(4): e00107723.
10. GUIMARÃES JVF, NETO SOUZA EN. Bem-estar e satisfação no trabalho: Uma revisão da literatura atual. *Revista Científica do UniRios*, 2021; 16(32): 283-305.
11. NASCIMENTO LC DO, et al. O SUS na vida dos brasileiros: assistência, acessibilidade e equidade no cotidiano de usuários da Atenção Primária à Saúde. *Physis*, 2020; 30(3): e300330.
12. OGATA MN, et al. Interfaces entre a educação permanente e a educação interprofissional em saúde. *Rev. Esc. Enferm. USP*, 2021; 55: e03733.
13. OLIVEIRA LSB, et al. Os efeitos da capacitação da equipe de enfermagem sobre avaliação e cuidado de pacientes com feridas. *Brazilian Journal of Development*, 2020; 6(5): 29707-29725.
14. OLIVEIRA MM e PEDRAZA DF. Contexto de trabalho e satisfação profissional de enfermeiros que atuam na Estratégia Saúde da Família. *Saúde Debate*, 2019; 43(122): 765-779.
15. PANTALEÃO PF, VEIGA HMS. Bem-estar no trabalho: revisão sistemática da literatura nacional na última década. *Holos*, 2019; 5: 1-24.
16. RAMOS LGR, CARRASCO AVA. Gestão do cuidado na Atenção Primária à Saúde: desafios do enfermeiro. *Revista Unilus*, 2023.
17. RIBEIRO MEA, et al. A importância da assistência de enfermagem no pré-natal de baixo risco: um estudo de caso com os dados da Estratégia Saúde da Família I (ESF I) - Dona Andrezina - João Pinheiro - MG. *Scientia Generalis*, 2023; 4(2): 241-248.
18. SANTOS JG, et al. A importância da atenção primária durante o pré-natal. *Rev. Enferm. Atual In Derme*, 2024; 98(1): e024249.
19. SANTOS BMP DOS, et al. Perfil e essencialidade da Enfermagem no contexto da pandemia da COVID-19. *Ciênc. saúde coletiva*, 2023; 28(10): 2785-2796.
20. SARAIVA FELIX R, et al. Percepções dos enfermeiros sobre as condições de trabalho e infraestrutura das unidades de Atenção Primária em Saúde. *Tempus*, 2023; 16(4).
21. NASCIMENTO D da S, et al. Assistência de enfermagem ao pré-natal na atenção básica: uma revisão integrativa. *Artigos.Com*, 2021; 27: e7219.
22. SILVA DR, et al. Abordagem multiprofissional para um grupo de gestantes da Atenção Primária à Saúde. *Revista da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba*, 2023; 1(2): 51-57.
23. SILVEIRA D, et al. Questionário sobre atenção ao pré-natal e puerpério. 2015. Disponível em: <https://dms.ufpel.edu.br/aberto/mod/resource/view.php?id=54>. Acesso em: jun. 2023.
24. SILVEIRA LRA, et al. A qualidade do pré-natal na Atenção Primária. *Rev. Norte Mineira de Enfermagem*, 2023; 2(2): 23-32.
25. SOBREIRA ENS, et al. Revisão da atuação da Enfermagem em cuidados durante o pré-natal e puerpério na saúde coletiva. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 2024; 6(3): 1487-1504.
26. SOUZA RA, et al. Avaliação de qualidade da assistência pré-natal prestada pelo enfermeiro: pesquisa exploratória. *Online Braz J Nurs*, 2020; 19: 3.
27. VELOSO FCS, et al. Analysis of neonatal mortality risk factors in Brazil: a systematic review and meta-analysis of observational studies. *Sociedade Brasileira de Pediatria*, 2019; 95(5): 519-530.